

**Análise – Envelope 3  
Habilitação**

<b>Nome da Instituição</b>	<i>Educandários Santo Agostinho</i>
----------------------------	-------------------------------------

Sim	Não	Documentos
<b>I – Habilitação jurídica</b>		
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<b>Conteúdo</b> a) cartão de inscrição em CNPJ, comprovando no mínimo um ano de existência;
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	b) ato constitutivo e estatuto social em vigor, em consonância com o objeto e devidamente registrado em cartório;
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	c) demonstração de que a entidade privada sem fins lucrativos é regida sob normas de organização interna que prevejam, expressamente: 1. objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	2. que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos legais e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	3. escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	d) ata de eleição e posse da diretoria em exercício, registrada em cartório de registro civil competente;
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	e) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identificação e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada um;
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	f) comprovante de endereço em nome da entidade em que conste o mesmo endereço registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.
<b>II – Regularidade fiscal</b>		
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	a) prova de inscrição no Cadastro Municipal relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto. No caso de isenção, entregar declaração assinada pelo representante legal com o respectivo fundamento;

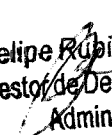
X		b) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
X		c) CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, atualizado para comprovação de situação regular;
X		d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho.
<b>III – Documentos de qualificação técnica</b>		
X		a) demonstração de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto ( parceria ou de natureza semelhante, exigido conforme a complexidade do objeto do ajuste;
X		b) demonstração de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;
<b>IV – Qualificação econômico-financeira</b>		
X		a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei e com escrituração em acordo com as normas brasileiras de contabilidade e seus princípios fundamentais, que comprovem a boa situação financeira da entidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta;
X		b) parecer do Conselho Fiscal aprovando as contas do exercício anterior;
X		c) demonstração de que a entidade possui capacidade econômico-financeira para a consecução do objeto do ajuste;
<b>V – Documentações complementares</b>		
X		a) declaração de que a entidade não teve as contas rejeitadas pela administração pública municipal nos últimos cinco anos, que não tenham sido sanadas e/ou quitados os débitos, reconsiderada ou revista à decisão de rejeição, ou ainda a referida decisão esteja pendente de recurso com efeito suspensivo, não teve contas de ajustes julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível;
X		b) declaração de que não está em cumprimento de pena de suspensão de celebração de ajuste com o Município;


X		c) declaração de que não está em cumprimento de pena de impedimento de celebração de ajuste com a administração pública em virtude de ter sido declarada inidônea;
X		d) declaração de que não tem pendências na prestação de contas final e/ou parcial de recursos recebidos em exercícios anteriores junto ao Município de Sorocaba;
X		e) declaração, assinada pelo representante legal, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;
X		f) declaração de que não existe no quadro diretivo da entidade membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
X		g) certidão do Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis;
X		h) declaração de que a documentação apresentada encontra-se à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
X		i) declaração de que a entidade não remunera os cargos de diretoria pelo exercício de suas funções estatutárias;
X		j) declaração de que não se enquadra nas vedações previstas no art. 1º, do Decreto Municipal nº 20.786, de 25 de setembro de 2013;
X		k) declaração de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela Organização da Sociedade Civil, de servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
X		l) certidão negativa de improbidade administrativa emitida pelo Conselho Nacional de Justiça referente à entidade e seu representante legal;
X		m) cópia da Cédula de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do(s) representante(s) legal(is) da entidade com poderes para assinatura do instrumento contratual;
X		n) declaração de que não incorre nas hipóteses de impedimento previstas no Decreto Municipal nº 26.317/2021;
X		o) comprovante de registro emitido pelo conselho municipal de políticas públicas


		competente, nas hipóteses previstas em Lei, em data não superior a sessenta dias da data de apresentação.
X		p) declaração de que a entidade não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos.
X		q) cópia da autorização de funcionamento ou comprovante de que o processo de autorização de funcionamento está em andamento.
X		r) documentos comprobatórios de que possui instalações próprias, por meio de escritura pública de imóvel, contrato de locação, contrato de intenção, contrato de comodato, termo de cessão de uso, termo ou decreto de permissão de uso, devidamente registrados em cartório.


DATA: 11/11/2022

**COMISSÃO DE SELEÇÃO:**

  
**Felipe Rubinato Seabra**  
Gestor de Desenvolvimento  
Administrativo

  
**Prof. Liani de S. Sal G. M. da Cunha**  
Gestora de Desenvolvimento Educacional

  
**Thais Helena de O. Moraes**  
Gestora de Desenvolvimento Educacional  
Secretaria da Educação de Sorocaba

  
**Ana Paula Silveira**  
Ass. de Secretaria e Expediente  
Secretaria da Educação